BARREIRAS TARIFÁRIAS QUE AFETAM A EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTOS DO AGRONEGÓCIO

Leonardo Wagner Oliveira Melloni

Francisca Gallon Grostein

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

Este estudo investiga as complexidades das barreiras tarifárias e seu impacto direto sobre a exportação de produtos do agronegócio brasileiro. O objetivo central da pesquisa é conhecer as alíquotas de imposto de importação aplicadas pelos países importadores aos produtos agrícolas brasileiros e explorar como essas taxações influenciam a competitividade desses produtos nos mercados globais. Por meio de uma abordagem exploratória, o estudo utiliza dados confiáveis obtidos dos sites ComexStat e TradeMap, garantindo a precisão e a relevância das informações analisadas. Os resultados revelam que as barreiras tarifárias, especialmente aquelas implementadas por determinados países, têm um impacto substancial sobre a competitividade do agronegócio brasileiro, ressaltando a necessidade de estratégias adaptativas por parte das empresas envolvidas. Além de destacar os desafios enfrentados pelo setor no contexto internacional, esta análise serve como um estímulo para uma reflexão crítica sobre as políticas comerciais atuais e suas consequências para o comércio global. Este resumo é destinado a fomentar a curiosidade e enriquecer o entendimento sobre a dinâmica das barreiras tarifárias, sendo de interesse essencial para acadêmicos e profissionais do setor do agronegócio. A pesquisa aponta para a importância de uma visão mais estratégica e informada que possa facilitar a navegação neste ambiente comercial complexo e competitivo.

Palavras-chave: Barreira tarifária, exportação de produtos do agronegócio, imposto de importação.

ABSTRACT

This study investigates the complexities of tariff barriers and their direct impact on the export of Brazilian agribusiness products. The primary focus of the research is to thoroughly examine the import duty rates applied by importing countries to Brazilian agricultural products and explore how these taxes influence the competitiveness of these products in global markets. Utilizing an exploratory approach, the study employs reliable data sourced from ComexStat and TradeMap websites, ensuring the accuracy and relevance of the analyzed information. The findings reveal that tariff barriers, particularly those implemented by certain countries, significantly impact the Brazilian agribusiness, underscoring the urgent need for adaptive strategies by the involved companies. Besides highlighting the challenges faced by the sector in the international context, this analysis serves as a stimulus for critical reflection on current trade policies and their consequences for global trade. This abstract is intended to spark curiosity and enhance understanding of the dynamics of tariff barriers, being essential for academics and professionals in the agribusiness sector. The research points to the importance

of a more strategic and informed perspective that can facilitate navigation in this complex and competitive commercial environment.

Keywords: Tariff barrier, export of agribusiness products, import duty rates.

1. INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos 2000, diversos países vêm enfrentando dificuldades econômicas. Dentre as causas de tais dificuldades, pode-se citar, a título exemplificativo, os reflexos da crise financeira de 2008/2009 em alguns países, o aumento do índice de desemprego em outros, e, até mesmo, guerras locais ou regionais.

E, diante de dificuldades econômicas e sociais, os países costumam se tornar mais protecionistas, especialmente no comércio internacional, como forma de gerar empregos, protegendo suas indústrias ou setores locais, e, também, como forma de não gastar divisas – como o dólar americano – com a importação de bens e serviços.

Com tais objetivos, os países se utilizam de diversos instrumentos para conter suas importações, como, por exemplo, a barreira tarifária e as barreiras não-tarifárias. (SEGRE, 2009).

Sobre as barreiras relativas ao comércio internacional de bens, as mais comuns são as seguintes: barreiras tarifárias ou alfandegárias, que são os impostos e taxas aplicados sobre o produto importado; e as barreiras não-tarifárias, que se referem a outras medidas de controle, como regulamentos sanitários, barreiras técnicas e cotas para importação. (REBONO, 2009).

As barreiras não tarifárias têm se mostrado especialmente prejudiciais para as empresas de pequeno e médio porte, que, muitas vezes, não possuem recursos suficientes e/ou o conhecimento necessário para adaptarem seus produtos a esses requisitos e, assim, poderem exportar seus produtos, adquirindo capacidade de competir no mercado global.

Este trabalho se propôs a abordar apenas as barreiras tarifárias aplicadas pelos países importadores de produtos do agronegócio.

Por outro lado, sabe-se que o Brasil é importante exportador de produtos do agronegócio. Segundo a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA (2024), o agronegócio foi responsável por 49% da pauta

exportadora total brasileira, em 2023. As exportações brasileiras do agronegócio atingiram, em 2023, a cifra de US\$ 166,55 bilhões.

Diante deste contexto, este trabalho pretendeu responder o seguinte questionamento: “Quais são as barreiras tarifárias impostas pelos países importadores aos principais produtos do agronegócio exportados pelo Brasil?” Assim, o objetivo geral desta pesquisa é identificar as barreiras tarifárias impostas pelos países importadores aos principais produtos do agronegócio exportados pelo Brasil.

Para atender o objetivo geral desta pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar quais foram os 10 (dez) principais produtos do agronegócio exportados pelo Brasil, em 2022 e em 2023;
2. Identificar os 10 (dez) principais países importadores dos 10 (dez) principais produtos do agronegócio exportados pelo Brasil, em 2022 e em 2023;
3. Identificar as barreiras tarifárias aplicadas por esses países aos principais produtos do agronegócio exportados pelo Brasil;

Pretende-se com este estudo contribuir para que as empresas brasileiras do segmento do agronegócio, especialmente as de pequeno e médio porte, conheçam as barreiras tarifárias impostas por alguns países importadores, preparem-se para enfrentá-las e superá-las, garantindo, assim, sua competitividade e sobrevivência no mercado internacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Conceito de Protecionismo e Neoprotecionismo

2.1.1. Protecionismo

De acordo com Manoïlesco (2011), a adoção de medidas protecionistas é necessária quando bens provenientes de outros países ocupam todo o mercado local. Nesse caso, o governo de um determinado país pode adotar barreiras alfandegárias ou subsídios à indústria ou setor local menos eficiente, a fim de evitar o desaparecimento dessa indústria ou setor. Isso leva a concluir que o objetivo natural da proteção é o de oferecer vantagens visíveis e mensuráveis para a indústria local, até que ela satisfaça as necessidades do mercado interno.

Prazeres (2003), por sua vez, entende como protecionismo a medida governamental tomada com o objetivo de que o mercado interno valide produtores nacionais, afastando-se a concorrência externa. Com isso, o protecionismo acaba por se contrapor ao livre comércio,

compreendido como a não-intervenção do Estado na economia, alterando, o fluxo comercial entre os países com o propósito de garantir proteção às indústrias nacionais.

De acordo com Lopes (2020), o governo aumenta a carga tributária, que são os impostos para produtos de outros países que entram em seu território, além de criar outras barreiras alfandegárias, que são qualquer lei, regulamento ou medida que imponha restrições e dificuldades ao comércio exterior. Além disso, o Estado pode subsidiar a indústria ou a agricultura nacional, por meio de isenção de impostos ou financiamento do governo, visando sempre ganhar da concorrência externa. Aliado a isso, o governo busca valorizar o mercado nacional, gerando empregos, renda e circulação da moeda. Como exemplo, cita-se o aumento das taxas de produtos estrangeiros, para que os compradores optem por escolher o produto nacional ao menor preço. Desse modo, fazem com que as empresas nacionais faturem mais, e acabam, por fim, contratando cada vez mais pessoas e criando produtos, em benefício da economia e da população como um todo.

2.2. Conceito de Barreiras

De acordo com a Rebono (2009) e o Governo Federal (2022), não há uma definição precisa para barreira comercial (barreiras relativas ao comércio de bens), podendo esta ser entendida como qualquer lei, regulamento, política, medida ou prática governamental que imponha restrições ao comércio exterior, direta ou indiretamente.

No entanto, é importante que haja um equilíbrio entre a proteção dos interesses nacionais e a promoção do comércio internacional livre e justo, para garantir o desenvolvimento econômico sustentável de todos os países.

2.2.1. Barreiras Tarifárias ou Alfandegárias

Segundo Rebono (2009), países desenvolvidos, como Estados Unidos da América, países da União Europeia e Japão, mantêm mecanismos que dificultam a entrada de produtos brasileiros em seus mercados para a proteção de seus produtos e da indústria nacional. Não somente barreiras tarifárias, mas também instrumentos defensivos que constituem obstáculos ao livre acesso a esses mercados. Desde a criação do GATT – General Agreement on Trade and Tariffs, as barreiras tarifárias têm sofrido progressiva redução e a expectativa é de que sejam reduzidas ainda mais. Exemplo dessas barreiras são: tarifas de importação ou outras taxas e impostos.

Também de acordo Cignacco (2009, p. 87), “Os entraves tarifários consistem na imposição de tarifas ou impostos aos fluxos de comércio internacional. Seus efeitos sobre as importações podem ser facilmente quantificáveis e aumentam o preço do produto importado, gerando um efeito protetor para o produtor no país-destino. Além do mais, inflacionam o preço dos produtos importados para o consumidor do mercado externo. Entre diversas barreiras tarifárias, podem-se se destacar: direitos da importação, menor carga tributária para maior valor local agregado”.

A expressão utilizada por Cignacco (2009) “menor carga tributária para maior valor local agregado” é denominada pela OMC – Organização Mundial do Comércio como “escalada tarifária”. Consiste em atribuir uma menor carga tributária para a importação de matérias primas e maior carga tributária para a importação de bens acabados (industrializados). Isto funciona como um sistema comercial tarifário no qual é cobrada uma alíquota de imposto de importação maior para bens com maior grau de industrialização, e menores alíquotas de imposto de importação para bens menos industrializados para incorporação de algum valor agregado no país de destino, incentivando as pessoas a não comprarem bens acabados do exterior. (CIGNACCO,2009). Por exemplo, determinado país cobra 1% de imposto de importação quando importa café em grão, mas quando importa café solúvel a alíquota do imposto de importação é 20%. Desta maneira, esse país incentiva a indústria nacional a produzir localmente o café solúvel (produto com maior valor agregado), a partir da importação da matéria prima (café em grão).

Neste trabalho, entende-se como barreira tarifária a alíquota do Imposto de Importação que os países importadores aplicam quando importam produtos do agronegócio provenientes de qualquer país, inclusive do Brasil.

Embora tenham sido empreendidos esforços para que os países reduzam suas barreiras tarifárias desde a criação do GATT/OMC até hoje, essas barreiras ainda representam um desafio para os exportadores brasileiros. Espera-se, assim, que os países continuem a reduzir suas alíquotas de imposto de importação, o que pode contribuir para o aumento do comércio internacional e da competitividade para países como o Brasil. (CIGNACCO, 2009).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Tipo de pesquisa

Revista Jovens Pesquisadores
VOL. 21, No. 2 (41), jul.-dez./2024

Segundo Gil (2002, p. 41) pesquisas exploratórias “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses, acerca do fenômeno estudado.”

Para se atender ao objetivo deste estudo, qual seja, identificar as principais barreiras tarifárias que alguns países importadores impõem aos produtos do agronegócio exportados pelo Brasil, o tipo de pesquisa adotado foi a Pesquisa Exploratória.

3.2. Técnica de pesquisa

A técnica de pesquisa utilizada foi a “pesquisa documental”. Conforme sugerido por Godoy (1995), trata-se de técnica voltada para a análise de materiais de várias naturezas, que podem ou não ter recebido algum tratamento analítico prévio, a fim de gerar novas inferências. No presente estudo, foi realizada uma pesquisa documental a partir de fontes de alta credibilidade e renome nacional e internacional, no qual, nos permite aos pesquisadores analisarem eventos, fenômenos, órgãos governamentais, instituições e comportamentos ao longo do tempo.

3.3. Método de pesquisa

Nesta pesquisa foi adotado o método quantitativo que se caracteriza por ser baseado na quantificação, ou seja, em dados numéricos, garantindo a precisão nos dados apurados (RICHARDSON, 1999). Dado que este estudo se baseia em dados numéricos, apresentando os números da exportação brasileira dos produtos do agronegócio e as alíquotas de imposto de importação aplicadas pelos países quando importam esses produtos, justifica-se a adoção do método quantitativo.

3.4. Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada com base em dados secundários. Os dados secundários foram obtidos por meio do site www.comexstat.mdic.gov.br e do site internacional www.trademap.org. O site comexstat é o site oficial do governo brasileiro que apresenta os dados estatísticos de comércio exterior brasileiro (importação e exportação de produtos). O site trademap é elaborado pelo ITC – International Trade Center e apresenta dados de exportação e importação de todos os seus países membros.

O ITC é a agência conjunta da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização das Nações Unidas (ONU) que visa conectar empresas a mercados globais e permitir o êxito exportador de pequenas e médias empresas em países em desenvolvimento

por meio do desenvolvimento de tecnologias relativas à gestão de informações sobre comércio exterior. Os dados secundários coletados são públicos, confiáveis, válidos e têm total aderência ao problema de pesquisa deste trabalho.

Primeiramente, foram identificados no site www.comexstat.mdic.gov.br os 10 principais produtos do agronegócio brasileiro que foram exportados em 2022 e em 2023 e, também, os 10 principais países que importaram esses produtos do Brasil nesse mesmo período. Optou-se por selecionar os 10 produtos cujo valores de exportação (em dólares FOB) foram os mais relevantes. No site www.trademap.org foram coletados os percentuais do Imposto de Importação cobrados por esses países quando importam esses produtos do agronegócio.

3.5. Análise dos dados

Os dados obtidos por meio da pesquisa documental foram organizados e são apresentados nas Tabelas 1 a 10, abaixo. Após essa organização, os dados foram analisados, utilizando-se a técnica de estatística descritiva que, de acordo com De Paula (2019), visa sumarizar e descrever qualquer conjunto de dados de maneira direta. Por meio dessa técnica foi possível calcular o percentual de participação da exportação de produtos do agronegócio no total exportado pelo Brasil, desse segmento, além do percentual de participação de cada país.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Tabelas 1 a 10, abaixo, apresentam os 10 principais produtos do agronegócio exportados pelo Brasil em 2022 e em 2023 e os 10 principais países importadores do Brasil, por ordem decrescente de valor (dólar FOB). As colunas 2 e 4 apresentam o valor da exportação brasileira de cada produto para esses países, em dólar FOB. As colunas 3 e 5, apresentam a participação percentual de cada país no valor total de cada produto exportado pelo Brasil. Na última coluna são apresentadas as alíquotas do imposto de importação praticadas pelos países importadores.

A grande maioria dos países que aparecem nas Tabelas abaixo são países com os quais o Brasil não tem nenhum acordo comercial. Portanto, não foram consideradas, neste trabalho, eventuais reduções tarifárias por força de acordos comerciais desses países com o Brasil como, por exemplo, países do Mercosul. Quando aparecer um dos países membros do

Mercosul (Argentina, Uruguai ou Paraguai) a última coluna indica a alíquota do imposto de importação que esse país aplica quando importa esse produto de outros países, exceto do Brasil.

Tabela 1 – NCM: 12019000; Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura

Países	2022 - Valor FOB (US\$) (A)	% (A/B)	2023 - Valor FOB (US\$) - (C)	% (C/D)	Tarifa aplicada pelo país (%)
China	\$ 31,782,504,652.00	68.27%	\$ 38,917,721,011.00	73.10%	16.90%
Argentina	\$ -		\$ 2,027,835,658.00	3.81%	3.80%
Espanha	\$ 1,939,555,034.00	4.17%	\$ 1,462,333,172.00	2.75%	0.00%
Tailândia	\$ 1,679,341,371.00	3.61%	\$ 1,392,748,947.00	2.62%	76.30%
Irã	\$ 1,350,005,095.00	2.90%	\$ 903,541,562.00	1.70%	7.50%
Países Baixos (Holanda)	\$ 1,129,241,344.00	2.43%	\$ 672,594,534.00	1.26%	0.00%
Turquia	\$ 1,088,327,093.00	2.34%	\$ 978,369,161.00	1.84%	0.00%
Taiwan	\$ -		\$ 722,561,073.00	1.36%	0.00%
Mexico	\$ -		\$ 823,346,286.00	1.55%	3.10%
Rússia	\$ 874,778,674.00	1.88%	\$ 612,596,572.00	1.15%	0.00%
Paquistão	\$ 701,355,819.00	1.51%	\$ -		3.00%
Bangladesh	\$ 640,732,055.00	1.38%	\$ -		0.00%
Vietnã	\$ 593,193,555.00	1.27%	\$ -		1.40%
TOTAL (10 Países)	\$ 41,779,034,692.00	89.74%	\$ 48,513,647,976.00	91.13%	
Exportação TOTAL	\$ 46,553,259,740.00 (B)		\$ 53,238,560,791.00 (D)		

Observa-se, na Tabela 1, a participação expressiva dos 10 principais países compradores de soja em grão em relação à exportação total do Brasil desse produto. Em 2022, essa participação foi de 89,74% e em 2023 foi de 91,13%. Tanto em 2022 como em 2023, a China aparece como o principal destino da exportação de soja brasileira e aplica 16,90% de imposto de importação quando importa esse produto.

Em 2022, a Espanha figura como segundo principal comprador de soja brasileira, porém com um valor bem distante do primeiro colocado, China. Em 2023, no segundo lugar aparece a Argentina, mas também com um valor de importação bem menor do que a China. Espanha, Holanda, Turquia, Taiwan, Rússia e Bangladesh aplicam tarifa zero, indicando ausência de barreira tarifária, o que favorece a entrada do produto brasileiro nestes mercados.

Chama a atenção, nessa Tabela, a alíquota do imposto de importação aplicada pela Tailândia, que é 76,30%. Ressalte-se que não faz parte do escopo deste trabalho explicar os motivos pelos quais determinados países praticam alíquotas de imposto de importação tão altas.

Tabela 2 - NCM: 10059010; Milho em grão, exceto para semeadura.

Países	2022 - Valor FOB (US\$) (A)	% (A/B)	2023 - Valor FOB (US\$) - (C)	% (C/D)	Tarifa aplicada pelo país (%)
China	\$ -		\$ 3,646,205,564.00	27.09%	62.40%
Irã	\$ 2,008,278,642.00	16.64%	\$ 828,274,388.00	6.15%	5.00%
Japão	\$ 1,359,492,871.00	11.26%	\$ 1,470,396,016.00	10.92%	16.60%
Espanha	\$ 1,343,270,883.00	11.13%	\$ 471,784,835.00	3.51%	0.00%
Egito	\$ 1,069,512,966.00	8.86%	\$ -		0.00%
Colômbia	\$ 683,777,410.00	5.66%	\$ 449,081,482.00	3.34%	16.50%
Coreia do Sul	\$ 638,221,787.00	5.29%	\$ 865,793,583.00	6.43%	357.80%
México	\$ 483,471,228.00	4.00%	\$ 412,507,905.00	3.06%	9.10%
Vietnã	\$ 480,515,030.00	3.98%	\$ 1,133,525,347.00	8.42%	9.20%
Argélia	\$ -		\$ 448,815,760.00	3.33%	4.60%
Taiwan (Formosa)	\$ 423,399,524.00	3.51%	\$ 612,009,268.00	4.55%	N/A
Arábia Saudita	\$ 346,380,273.00	2.87%	\$ -		0.00%
TOTAL (10 Países)	\$ 8,836,320,614.00	73.19%	\$ 10,338,394,148.00	76.81%	
Exportação TOTAL	\$ 12,072,359,607.00 (B)		\$ 13,459,787,656.00 (D)		

Enfoque na diversidade dos países importadores e a entrada da China como novo importador em 2023, com uma tarifa alta de 62.40%. Tarifa zero, nos países Espanha, Egito e Arábia Saudita, indicando ausência, o que favorece a entrada de produtos brasileiros nesses mercados.

A China não aparece entre os 10 principais países importadores de milho em grão, em 2022, ficando em primeiro lugar em 2023, e aplicando uma tarifa bastante alta, de 62.40%. Países como Japão e Espanha tiveram redução nas suas importações em termos percentuais e de valor FOB. Coreia do Sul também tem uma tarifa de 357.80%, o que configura uma alta barreira tarifária.

Tabela 3 - NCM: 02023000; Carnes desossadas de bovino, congeladas.

Países	2022 - Valor FOB (US\$) (A)	% (A/B)	2023 - Valor FOB (US\$) - (C)	% (C/D)	Tarifa aplicada pelo país (%)
China	\$ 7,949,969,166.00	72.82%	\$ 5,734,415,134.00	67.49%	13.80%
Estados Unidos	\$ 443,084,608.00	4.06%	\$ 456,152,454.00	5.37%	8.30%
Egito	\$ 342,697,521.00	3.14%	\$ 242,969,344.00	2.86%	0.00%
Filipinas	\$ 269,009,783.00	2.46%	\$ 208,829,422.00	2.46%	9.40%
Emirados Árabes Unidos	\$ 194,231,773.00	1.78%	\$ 267,397,883.00	3.15%	4.50%
Israel	\$ 188,668,819.00	1.73%	\$ 113,117,534.00	1.33%	0.00%
Hong Kong	\$ 185,422,616.00	1.70%	\$ 190,121,515.00	2.24%	0.00%
Itália	\$ 172,433,554.00	1.58%	\$ 130,165,253.00	1.53%	28.10%
Rússia	\$ 161,988,259.00	1.48%	\$ 187,317,289.00	2.20%	19.50%
Arábia Saudita	\$ 115,888,104.00	1.06%	\$ 138,360,180.00	1.63%	5.00%
TOTAL (10 Países)	\$ 10,023,394,203.00	91.82%	\$ 7,668,846,008.00	90.26%	
Exportação TOTAL	\$ 10,916,695,699.00 (B)		\$ 8,496,512,796.00 (D)		

A China se destaca como o principal importador de carnes desossadas de bovino, congeladas, com uma significativa redução no valor FOB de 2022 para 2023, mas ainda

mantendo uma alta porcentagem do total exportado: 72,82%, em 2022 e 67,49%, em 2023. A tarifa aplicada pela China é de 13.80%.

Neste produto percebe-se que não teve nenhuma nova entrada de países importadores, ou seja, 91% deste produto se concentra em 10 países, e foram os mesmos em 2022 e 2023. Porém teve uma queda considerável em comparação da tabela (A) e (C), diminuindo a quantidade exportada pelo Brasil. A Tabela 3 também mostra a participação de cada país no total exportado pelo Brasil.

Tabela 4 - NCM: 17011400; Outros açúcares de cana.

Países	2022 - Valor FOB (US\$) (A)	% (A/B)	2023 - Valor FOB (US\$) - (C)	% (C/D)	Tarifa aplicada pelo país (%)
China	\$ 1,694,983,350.00	17.79%	\$ 1,854,354,090.00	13.89%	52.40%
Índia	\$ -		\$ 1,223,783,354.00	9.17%	43.20%
Argélia	\$ 778,680,497.00	8.17%	\$ 931,201,339.00	6.98%	15.80%
Nigéria	\$ 641,093,341.00	6.73%	\$ 733,834,819.00	5.50%	16.60%
Marrocos	\$ 631,419,609.00	6.63%	\$ 806,047,459.00	6.04%	38.60%
Indonésia	\$ 495,091,301.00	5.20%	\$ 801,839,025.00	6.01%	7.20%
Nigéria	\$ -		\$ 733,834,819.00	5.50%	4.70%
Canadá	\$ 494,197,855.00	5.19%	\$ 630,428,397.00	4.72%	0.70%
Bangladesh	\$ 457,249,491.00	4.80%	\$ 691,780,825.00	5.18%	0.00%
Emirados Árabes Unidos	\$ 442,565,120.00	4.64%	\$ -		0.00%
Arábia Saudita	\$ 418,072,302.00	4.39%	\$ 809,688,981.00	6.07%	0.00%
Egito	\$ 410,411,932.00	4.31%	\$ -		12.40%
TOTAL (10 Países)	\$ 6,463,764,798.00	67.83%	\$ 9,216,793,108.00	69.06%	
Exportação TOTAL	\$ 9,528,719,019.00 (B)		\$ 13,346,415,787.00 (D)		

Em 2022, o total das exportações para os dez países listados foi de US\$ 6,463,764,798.00, o que representa 67.83% do total das exportações. Em 2023, esse valor aumentou para US\$ 9,216,793,108.00, representando 69.06% do total das exportações. Com isso, podemos deduzir que a fatia de mercado de aproximadamente 68% se concentra em 10 países, sendo os principais a China, Índia e a Argélia liderando esse seguimento de exportações, além de ter sofrido um crescimento significativo no setor, um aumento grande em comparação com 2022 e 2023.

China se destaca como o principal importador de outros açúcares de cana, com importações totalizando US\$ 1,854,354,090.00, em 2023, o que equivale a 13.89% das exportações totais, e um aumento de 9.40% em relação ao ano anterior. As tarifas aplicadas pelos países variam bastante, com a China aplicando uma tarifa alta de 52.40%, a Índia com 43.20% e Marrocos com 38,60%.

Tabela 5 – NCM: 9011110; Café não torrado, não descafeinado, em grão.

Países	2022 - Valor FOB (US\$) (A)	% (A/B)	2023 - Valor FOB (US\$) - (C)	% (C/D)	Tarifa aplicada pelo país (%)
Estados Unidos	\$ 1,712,933,414.00	20.12%	\$ 1,130,932,471.00	15.46%	0.50%
Alemanha	\$ 1,678,131,811.00	19.72%	\$ 1,071,000,918.00	14.64%	0.10%
Itália	\$ 811,555,415.00	9.53%	\$ 663,882,541.00	9.08%	0.10%
Bélgica	\$ 737,466,076.00	8.66%	\$ 460,274,181.00	6.29%	0.10%
Japão	\$ 383,987,986.00	4.51%	\$ 436,106,410.00	5.96%	0.00%
China	\$ -		\$ 278,235,184.00	3.80%	62.40%
Colômbia	\$ 303,898,650.00	3.57%	\$ -		0.00%
Turquia	\$ 246,810,489.00	2.90%	\$ 272,094,851.00	3.72%	3.30%
Espanha	\$ 233,971,033.00	2.75%	\$ -		0.10%
Países Baixos (Holanda)	\$ 202,660,982.00	2.38%	\$ 244,727,683.00	3.35%	0.00%
Reino Unido	\$ -		\$ 233,613,971.00	3.19%	0.00%
Coreia do Sul	\$ 200,561,904.00	2.36%	\$ 195,770,082.00	2.68%	0.10%
TOTAL (10 Países)	\$ 6,511,977,760.00	76.51%	\$ 4,986,638,292.00	68.17%	
Exportação TOTAL	\$ 8,511,689,058.00 (B)		\$ 7,314,562,513.00 (D)		

Os Estados Unidos, Alemanha e Itália aparecem como os três maiores importadores desse produto do Brasil, com valores expressivos em dólares FOB. Esses países aplicam uma tarifa de importação baixíssima, próxima de zero, o que demonstra ausência de barreira tarifária nesses países para o café não torrado, não descafeinado, em grão. O inverso se dá com a China que pratica a alíquota de 62,40%, o que pode impactar a competitividade do produto brasileiro neste mercado específico.

Tabela 6 – NCM: 02071400; Pedacos e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados.

Países	2022 - Valor FOB (US\$) (A)	% (A/B)	2023 - Valor FOB (US\$) - (C)	% (C/D)	Tarifa aplicada pelo país (%)
China	\$ 1,343,316,528.00	19.92%	\$ 1,608,566,956.00	23.58%	13.50%
Japão	\$ 919,192,507.00	10.80%	\$ 926,631,860.00	13.58%	5.00%
Emirados Árabes Unidos	\$ 483,092,989.00	5.68%	\$ 459,585,942.00	6.74%	4.60%
Arábia Saudita	\$ 477,933,448.00	5.62%	\$ 463,879,474.00	6.80%	18.50%
Coreia do Sul	\$ 407,071,008.00	4.78%	\$ 413,819,770.00	6.07%	18.10%
México	\$ 334,235,279.00	3.93%	\$ 367,315,577.00	5.38%	55.30%
Singapura	\$ 297,270,799.00	3.49%	\$ 243,434,286.00	3.57%	0.00%
Filipinas	\$ 284,520,139.00	3.34%	\$ 198,234,140.00	2.91%	32.10%
Chile	\$ 198,400,827.00	2.33%	\$ -		3.50%
Iraque	\$ -		\$ 203,829,635.00	2.99%	0.00%
África do Sul	\$ 186,715,892.00	2.19%	\$ 194,288,855.00	2.85%	34.00%
TOTAL (10 Países)	\$ 4,931,749,416.00	57.94%	\$ 5,079,586,495.00	74.45%	
Exportação TOTAL	\$ 6,743,612,655.00 (B)		\$ 6,822,850,590.00 (D)		

China é o principal importador, com cerca de US\$ 1,343 bilhões em 2022 e US\$ 1,608 bilhões, em 2023. O total das exportações para os 10 principais países soma cerca de US\$ 4,931 bilhões, o que representa 57.94% do total das exportações do Brasil para todos os países em 2022 e 74.45% em 2023.

A tabela 6 mostra a porcentagem que cada país contribui para o total das exportações brasileiras de pedaços e miudezas congeladas de aves. A China lidera com 19.92%, seguida

pelo Japão com 10.80%, em 2022. Em 2023, China continua liderando com 23.58% e Japão com 13.58% das exportações brasileiras.

As tarifas de importação variam bastante, com a China aplicando uma tarifa moderada de 13.50%, enquanto o México impõe uma tarifa significativamente mais alta de 55.30%. Outros países como Singapura e Iraque não aplicam tarifas de importação (0%). A maioria dos países mostra um aumento no valor de exportações de 2023 em comparação com 2022, o que pode indicar uma demanda crescente ou uma melhoria na capacidade de competir mesmo com tarifas altas.

Tabela 7 – NCM: 52010020; Algodão não cardado nem penteado, simplesmente debulhado.

Países	2022 - Valor FOB (US\$) (A)	% (A/B)	2023 - Valor FOB (US\$) - (C)	% (C/D)	Tarifa aplicada pelo país (%)
China	\$ 1,082,756,034.00	29.45%	\$ 1,498,919,506.00	48.77%	21.40%
Vietnã	\$ 546,795,351.00	14.87%	\$ 386,153,726.00	12.56%	1.40%
Bangladesh	\$ 489,971,129.00	13.33%	\$ 393,668,641.00	12.81%	0.00%
Paquistão	\$ 483,328,299.00	13.15%	\$ 162,505,615.00	5.29%	0.00%
Turquia	\$ 461,605,864.00	12.56%	\$ 253,348,005.00	8.24%	0.00%
Indonésia	\$ 266,863,188.00	7.26%	\$ 188,710,079.00	6.14%	0.00%
Malásia	\$ 123,668,643.00	3.36%	\$ 80,987,061.00	2.63%	0.00%
Coreia do Sul	\$ 79,334,423.00	2.16%	\$ 42,022,569.00	1.37%	0.00%
Índia	\$ 65,771,035.00	1.79%	\$ 20,646,321.00	0.67%	4.30%
Tailândia	\$ 26,683,677.00	0.73%	\$ 10,802,903.00	0.35%	0.00%
TOTAL (10 Países)	\$ 3,626,777,643.00	98.65%	\$ 3,037,764,426.00	98.83%	
Exportação TOTAL	\$ 3,676,301,664.00 (B)		\$ 3,073,711,542.00 (D)		

Observa-se na Tabela 7 que a China lidera a importação de algodão não cardado, nem penteado com aproximadamente US\$1,082 bilhão, seguida por Vietnã e Bangladesh. A coluna (% A/B) mostra a participação percentual de cada país no valor total exportado pelo Brasil e a China representa 29,45% em 2022 e aumenta esse percentual em 2023, sendo de 48.77%.

A tarifa mais elevada é a da China (21,40%), enquanto a maioria dos países aplicam uma tarifa bem reduzida ou zero para esse produto, o que indica baixa ou nenhuma barreira tarifária. Em 2022, as exportações para os 10 países listados totalizaram aproximadamente US\$ 3,677 bilhões, porém em 2023, esse valor diminuiu ligeiramente arredondando para US\$ 3,037 bilhões, representando uma redução significativa no valor FOB desse produto.

A participação percentual desses países nas exportações totais de algodão debulhado diminuiu de 98,55% em 2022 para 98,38% em 2023, indicando uma leve redução na concentração das exportações nos mesmos países, apesar de ainda representarem uma parcela bem importante na tabela.

Tabela 8 - NCM: 15071000; Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado.

Países	2022 - Valor FOB (US\$) (A)	% (A/B)	2023 - Valor FOB (US\$) - (C)	% (C/D)	Tarifa aplicada pelo país (%)
Índia	\$ 2,356,437,214.00	66.13%	\$ 1,282,382,957.00	57.08%	4.30%
Bangladesh	\$ 386,105,561.00	10.84%	\$ 292,947,321.00	13.04%	0.00%
China	\$ 240,367,798.00	6.75%	\$ 263,356,113.00	11.72%	21.40%
Irã	\$ 202,094,942.00	5.67%	\$ -	-	5.00%
Argélia	\$ 160,787,795.00	4.51%	\$ 138,858,687.00	6.18%	4.10%
Egito	\$ -	-	\$ 59,779,013.00	2.66%	0.00%
Vietnã	\$ -	-	\$ 30,293,828.00	1.35%	7.30%
Peru	\$ -	-	\$ 20,816,517.00	0.93%	0.00%
Marrocos	\$ -	-	\$ 18,282,880.00	0.81%	3.50%
Iraque	\$ 48,886,835.00	1.37%	\$ -	-	0.00%
Coreia do Sul	\$ 43,722,292.00	1.23%	\$ -	-	0.00%
Moçambique	\$ 32,871,728.00	0.92%	\$ -	-	2.40%
Paquistão	\$ 22,819,528.00	0.64%	\$ 61,758,071.00	2.75%	0.00%
Madagascar	\$ 15,930,587.00	0.45%	\$ -	-	4.10%
Malásia	\$ -	-	\$ 15,761,125.00	0.70%	4.50%
TOTAL (10 Países)	R\$ 3,510,024,280.00	98.51%	R\$ 2,184,236,512.00	97.22%	
Exportação TOTAL	\$ 3,563,199,263.00 (B)		\$ 2,246,658,807.00 (D)		

A Índia importou, em 2022, 66.13% do óleo de soja, em bruto, exportado pelo Brasil, e 57,08% em 2023, o que sugere uma significativa dependência do mercado indiano para esse produto. A maior alíquota do imposto de importação é praticada pela China (21,40%), não sendo relevantes as alíquotas praticadas pelos demais países importadores. Vale ressaltar a presença de novos países em 2023, como compradores de óleo de soja brasileiro.

Tabela 9 - NCM: 24012030; Tabaco não manufaturado, total ou parcialmente destalado, em folhas secas em secador de ar quente (flue cured), do tipo Virgínia.

Países	2022 - Valor FOB (US\$) (A)	% (A/B)	2023 - Valor FOB (US\$) - (C)	% (C/D)	Tarifa aplicada pelo país (%)
Bélgica	\$ 560,207,800.00	27.54%	\$ 507,091,435.00	23.06%	2.50%
China	\$ 471,327,460.00	23.17%	\$ 427,472,898.00	19.44%	14.20%
Estados Unidos	\$ 100,831,871.00	4.96%	\$ 103,982,093.00	4.73%	53.10%
Indonésia	\$ 95,231,471.00	4.68%	\$ 134,025,100.00	6.10%	4.60%
França	\$ 64,300,505.00	3.16%	\$ -	-	2.50%
Alemanha	\$ 61,058,048.00	3.00%	\$ -	-	2.50%
Turquia	\$ 59,019,689.00	2.90%	\$ 73,890,489.00	3.36%	24.70%
Vietnã	\$ 55,840,119.00	2.74%	\$ 89,974,324.00	4.09%	69.10%
Polônia	\$ 49,542,800.00	2.44%	\$ -	-	2.50%
Emirados Árabes Unidos	\$ 40,293,995.00	1.98%	\$ 115,678,824.00	5.26%	92.80%
Países Baixos (Holanda)	\$ -	-	\$ 71,217,293.00	3.24%	2.50%
Egito	\$ -	-	\$ 66,543,990.00	3.03%	11.00%
Paraguai	\$ -	-	\$ 61,925,733.00	2.82%	10.60%
TOTAL (10 Países)	R\$ 1,557,653,758.00	76.57%	R\$ 1,651,802,179.00	75.13%	
Exportação TOTAL	\$ 2,034,391,719.00 (B)		\$ 2,198,540,160.00 (D)		

Destaque para os altos impostos de importação aplicados por países como os EUA, Vietnã e Emirados Árabes Unidos, barreiras tarifárias essas que influenciam diretamente a competitividade do produto brasileiro nesses mercados. A Bélgica é o principal importador

tanto em 2022 quanto em 2023, com cerca de US\$ 560 milhões e US\$ 507 milhões em 2022 e 2023, respectivamente.

Sua participação no total desse produto exportado pelo Brasil foi de 27,54% em 2022 e 23,06% em 2023. As tarifas variam consideravelmente, com o Emirados Árabes Unidos impondo a tarifa mais alta de 92.80%, Vietnã de 69.10% e Estados Unidos com 53.10%. Bélgica, França, Alemanha, Polônia e Países Baixos com as menores tarifas, todos os 4 quatro países com a tarifa de 2.50%.

Tabela 10 - NCM: 20091100; Suco (sumo) de laranja, não fermentados, sem adição de álcool, com ou sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes, congelado.

Países	2022 - Valor FOB (US\$) (A)	% (A/B)	2023 - Valor FOB (US\$) - (C)	% (C/D)	Tarifa aplicada pelo país (%)
Bélgica	\$ 188,073,706.00	31.24%	\$ 255,930,975.00	28.24%	13.30%
China	\$ 90,817,622.00	15.09%	\$ 117,097,192.00	12.92%	16.60%
Estados Unidos	\$ 79,456,673.00	13.20%	\$ 165,854,497.00	18.30%	4.00%
Países Baixos (Holanda)	\$ 59,595,192.00	9.90%	\$ 122,914,161.00	13.56%	13.30%
Japão	\$ 51,525,273.00	8.56%	\$ 83,599,818.00	9.23%	15.50%
Austrália	\$ 19,773,957.00	3.28%	\$ 15,901,074.00	1.75%	3.10%
Áustria	\$ 14,500,736.00	2.41%	\$ -	-	13.30%
Israel	\$ 12,634,770.00	2.10%	\$ 16,443,154.00	1.81%	10.80%
Chile	\$ 11,127,186.00	1.85%	\$ 17,666,918.00	1.95%	3.30%
Austrália	\$ -	-	\$ 15,901,074.00	1.75%	3.10%
Indonésia	\$ 5,485,288.00	0.91%	\$ 6,898,679.00	0.76%	7.30%
TOTAL (10 Países)	R\$ 532,990,403.00	88.54%	R\$ 818,207,542.00	90.30%	
Exportação TOTAL	\$ 601,981,679.00 (B)		\$ 906,134,998.00 (D)		

Bélgica foi o maior importador em 2022 e 2023, com um aumento significativa no valor exportado de US\$ 188 milhões para US\$ 255 milhões. China: Segundo maior importador, com um aumento de US\$ 90 milhões para US\$ 117 milhões e os Estados Unidos: Terceiro em importações, com um aumento de US\$ 79 milhões para US\$ 165 milhões.

Observa-se que, apesar das variações nas tarifas de importação e na participação percentual, houve um crescimento robusto nas exportações de suco de laranja congelado brasileiro para a maioria dos principais países importadores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta um estudo meticuloso sobre as barreiras tarifárias que afetam a exportação brasileira de produtos do agronegócio e que podem dificultar ou, até mesmo, impedir a entrada desses produtos em mercados compradores. O estudo teve como objetivo identificar as alíquotas de imposto de importação – também denominadas tarifas de importação – aplicadas pelos principais países importadores de produtos do agronegócio.

A pesquisa delineou claramente os principais produtos exportados pelo Brasil e os países importadores, em 2022 e em 2023, identificando as alíquotas do imposto de importação aplicadas pelos países importadores.

Os dados que mais chamaram a atenção foram as altas alíquotas de imposto de importação cobradas por Coreia do Sul e China na importação de milho em grão (357.80% e 62.40%, respectivamente), Tailândia na importação de soja (76.30%), China na importação de café em grão (62.40%) e Estados Unidos, Vietnã e Emirados Árabes Unidos na importação de tabaco (53.10%, 69.10% e 92.80% respectivamente).

Como explicado anteriormente, o objetivo deste estudo foi o de apenas identificar as alíquotas de imposto de importação aplicadas pelos países importadores e não explicar os motivos pelos quais alguns países aplicam tarifas tão altas na importação de determinados produtos.

Assim, o trabalho não só responde ao questionamento proposto inicialmente como também abre portas para futuras pesquisas sobre o tema, podendo expandir para um estudo mais aprofundado sobre: a) as razões de tarifas tão elevadas; b) explorar as barreiras tarifárias aplicadas a outros segmentos da exportação brasileira ou c) identificar as barreiras não tarifárias que afetam as exportações brasileiras.

Espera-se com este estudo contribuir para que as empresas brasileiras exportadoras de produtos do agronegócio conheçam as tarifas de importação praticadas pelos países importadores listados neste trabalho e, assim, poderem formular estratégias que possam mitigar os efeitos das barreiras tarifárias fomentando, assim, a competitividade internacional do Brasil no setor do agronegócio.

6. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2008.

CARDOSO, Carlos. **O futuro das barreiras não-tarifárias**. Bahia: Bahia Agríc., v.6, n.3, nov. 2004.

CIGNACCO, Bruno. **Fundamentos de Comércio Internacional para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Comex Stat. **Estatísticas de Comércio Exterior**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 18 de maio de 2024.

DE PAULA, Tainah. **Estatística Descritiva**. CAPCS, 2019. Disponível em: <http://www.capcs.uerj.br/estatistica-descritiva>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

FARO, Ricardo e Fátima. **Curso de Comércio Exterior Visão e Experiências Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GODOY, A. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo: v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE Artigos, São Paulo v. 35, n. 2, p.57-63, Mar./Abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

Governo Federal. **Barreiras Comerciais**. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/identificando-mercados-1/barreiras-comerciais>. Acesso em: 17 março 2024.

ITC – International Trade Center. **Trade Map**. Disponível em: <https://www.trademap.org/Index.aspx>. Acesso em: 18 de maio de 2024.

LOPES, Thiago. **Protecionismo: o que é e como é aplicado?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/protecionismo-o-que-e/#:~:text=%E2%80%9CProtecionismo%E2%80%9D%20pode%20ser%20definido%20como%20mercado%20interno%20da%20concorr%C3%Aancia%20externa>. Acesso em: 18 de março de 2024.

MANOÏLESCO, Mihail. **Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional**. Rio de Janeiro: Cepax Dei, 2011.

MAPA. **Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2023-com-us-166-55-bilhoes-em-vendas#:~:text=Dessa%20forma%2C%20>. Acesso em: 09 de maio de 2024.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade (Temas Sociais)**. São Paulo: Editora Vozes, 2011.

PRAZERES, Tatiana. **Comércio Internacional e Protecionismo: As barreiras técnicas na OMC**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

REBONO, Maria. **Introdução ao Comércio Internacional** In: SEGRE, German (Ed.). Manual Prático de Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-34.

SEGRE, German. **Manual Prático de Comércio Exterior 2ª ed**. São Paulo: Atlas, 2009.

SALVATORE, Dominick. **Protectionism and World Welfare**. Great Britain: Cambridge University Press, 1993.